



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024 RETIFICADO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; DECRETO MUNICIPAL Nº 74/2023;

DADOS DO AVISO	
CONCEIÇÃO DO PARÁ, 12 de março de 2024	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024	
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Até dia 15/03/2023, às 23:59hs
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília - DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	dispensa.p MCP@conceicaodopara.mg.gov.br

O **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO PARÁ/MG**, através do Departamento de Administração, com sede na Praça Januário Valério, 206, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.315.200/0001-07, torna público para conhecimento dos interessados a realização **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários

OBJETO: Prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde classificados nos grupos A(infectante), B(químico) e E(perfuro cortante), gerados em estabelecimentos do contratante pela contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

ANEXOS DESTE AVISO

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – Relação de Documentos de Habilitação e Declarações

Anexo III – Instrumento de medição de Resultado Anexo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 03/2024 RETIFICADO

1. REGÊNCIA LEGAL

As contratações através de dispensa de licitação no Município de CONCEIÇÃO DO PARÁ são regidas pelos dispositivos legais:

- a) Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II;
- b) Decreto Municipal nº 74/2023 e Decreto Municipal nº 06/2024;

2. OBJETO

Prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde classificados nos grupos A(infectante), B(químico) e E(perfuro cortante), gerados em estabelecimentos do contratante pela contratada, Conforme condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoa jurídica, regularmente estabelecida no país que atenda às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

3.1 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

As informações relativas a especificações do objeto, dotação orçamentária, prazos e local de entrega estão elencadas no Termo de Referência anexo I deste Aviso.

5. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

PRAZO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de sua publicação na imprensa oficial do Município de CONCEIÇÃO DO PARÁ, www.conceicaodopara.mg.gov.br.

5.1 A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico: dispensa.pmcp@conceicaodopara.mg.gov.br, fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024.

6. PROPOSTAS DE PREÇOS

A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

6.1 A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dentro do preço máximo que o MUNICÍPIO se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.2 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.3 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.

6.4 Os preços ofertados não poderão exceder os **preços máximos**, constantes neste Aviso.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos relacionados no Anexo II com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o **menor preço**.

8.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

8.2 HABILITAÇÃO

8.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

8.2.2 Será inabilitado o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

9. OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

As obrigações, penalidades e sanções estão elencadas no Termo de Referência, anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

10.2 O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.3 O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

10.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo MUNICÍPIO.

10.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

10.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretroatável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

10.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

10.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art. 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as seguintes disposições:

- a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

10.8.1 Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

- a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet.

Conceição do Pará, 12 de março de 2024.

José Cassimiro Rodrigues
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO REFERÊNCIA

O presente tem por objetivo descrever a caracterização dos serviços, quais sejam: **Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)** oriundos das Fontes Geradoras da Administração Pública do Município de Conceição do Pará/MG, com observância das determinações regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 atualizada, LC 123/2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e demais normas básicas vigentes.

1. OBJETO

Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos de Saúde, classe I, pertencentes aos grupos A (resíduos com a possível presença de agentes biológicos), B (resíduos químicos), e grupo E (materiais perfuro cortantes), provenientes das Unidades Públicas de Saúde do município.

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	ESTIMATIVA MENSAL	ESTIMATIVA ANUAL
01	Prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos classificados nos grupos A(infectante), B(químico) e E(perfurocortante). A coleta será realizada nos estabelecimentos de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município uma vez por mês, sendo os resíduos levados para locais licenciados para tratamento ou disposição final pelos órgãos ambientais.	KG	150 KG	1800 KG

Considerado: 1.226,700 Kg/ano/2023, sem previsão de aumento estimado. Retrata a média do último período considerado como forma de prever as demandas, obedecendo ainda utilização de uma margem de segurança para a prestação dos serviços, considerados essenciais.



2. JUSTIFICATIVA

2.1 - DA CONTRATAÇÃO

O presente procedimento decorre da necessidade de cumprimento da legislação.

2.1.1. Os resíduos de serviços de saúde representam grande potencial de risco à saúde e ao meio ambiente. Esses resíduos englobam os gerados em hospitais, farmácias, drogarias, laboratórios de análises clínicas e outros estabelecimentos similares.

2.1.2. A resolução RDC n° 306, de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a resolução n° 358 de 29/04/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº308. ed204.0 (CONAMA), definem condutas e responsabilidades pelos resíduos e dispõem sobre o gerenciamento dos mesmos em todas as suas etapas. A legislação, fundamentada na análise dos riscos envolvidos, trata a prevenção e o tratamento como uma alternativa para dar destinação adequada aos resíduos dos serviços de saúde, pois podem causar alterações ao meio ambiente, sendo estas de complexidades diferentes, conforme seu grupo.

2.1.3. Os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos a serem contratados estão de acordo com padrões de desempenho e qualidade definidos como usuais de mercado e se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e causar danos irreparáveis à saúde.

2.1.4. O contratação faz-se necessária também em razão a proximidade do término da vigência que executa os serviços, que se encerrará em 31/12/2023, não cabendo a renovação nos termos do ART. 57, inciso I.

2.2 - JUSTIFICATIVA CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

2.2.1 Nenhum dos itens poderia ser realizado de forma independente ou isoladamente, visto que são complementares da mesma natureza e interdependentes, devendo ser contratados simultaneamente, de acordo com as circunstâncias que o caso concreto requeira, razão pela qual devem ser atribuídos a uma única contratada. Neste sentido, avaliou-se que a organização da licitação em um único lote é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala, não restringirá a ampla participação de licitantes bem como é a que melhor se adequa a logística de recolhimento destes materiais nos postos de coleta.

Importa ressaltar que os grupos de materiais podem variar dentro das unidades de saúde de acordo com as atividades que forem desenvolvidas nos respectivos setores. Além dos motivos ora mencionados, ponderou-se que o agrupamento dos itens permite ganhos maiores na eficiência e eficácia do gerenciamento e execução dos serviços prestados, porquanto a exigência/cumprimento de



prazos de execução, e relacionamento com uma única contratada permite maiores benefícios à Administração Pública.

3. ETAPAS DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

O gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde possui etapas de acordo com as seguintes especificações:

3.1. Manejo Interno:

É de responsabilidade da CONTRATANTE, através das suas unidades, o correto trabalho de segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário e armazenamento externo, de forma a permitir a redução dos resíduos infectantes gerados. As principais etapas do manejo interno são:

a) Segregação: Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas e biológicas, a sua espécie e seu estado físico.

b) Acondicionamento: Consiste no ato de embalar corretamente os resíduos segregados, de acordo com as suas características, em sacos e/ou recipientes impermeáveis, resistentes à punctura, ruptura e vazamentos. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo.

c) Identificação: Conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde.

d) Coleta e Transporte Interno: Consistem no traslado dos resíduos dos pontos de geração até o local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo, com a finalidade de disponibilização para a coleta.

e) Armazenamento Temporário: Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento, otimizando o traslado entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa.

f) Armazenamento Externo: Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.

3.2. Coleta e Transporte Externo:

A coleta e transporte externos consistem na remoção dos Resíduos de Serviços Saúde do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou destinação final, pela utilização de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.



3.3. Tratamento:

Os sistemas para tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA n° 358 de 29/04/2005 e a RDC n° 306, de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

3.3.1. A escolha do método de tratamento dever ser compatível com a natureza do resíduo a ser tratado, objetivando a sua desinfecção e/ou neutralização, podendo ser utilizados processos manuais, mecânicos, físicos, químicos ou biológicos que alterem as características dos resíduos, objetivando a minimização do risco à saúde da população, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador.

3.3.2. A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá atingir o nível I de inativação bacteriana, conforme tabela com os níveis de inativação da RDC n° 306/04, para torná-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final juntamente com os resíduos domésticos e públicos.

4 -DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. ACONDICIONAMENTO

A CONTRATADA fornecerá em regime de COMODATO, 07 (sete) bombonas grandes e 01 (uma) pequenas para acondicionamento para acondicionamento dos resíduos dos grupos A, B e E, em número suficiente para o armazenamento interno e externo nos demais locais de coleta.

OBS.: Salientamos que o Comodato tem previsão no Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002) em seus artigos 579 a 585. É o contrato unilateral (pois apenas o comodatário assume obrigações), gratuito, pelo qual alguém (comodante) entrega a outrem coisa infungível, para ser usada temporariamente.

4.1.1. Todos os carros coletores deverão ser de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), com tampa e rodas revestidas em material que impeçam ruídos, válvula de dreno no fundo, cantos e arestas arredondados.

Deverão ser identificados na parte externa, com logomarca, nome e telefone da CONTRATADA. A identificação dos carros coletores e bombonas poderá ser feita com etiquetas adesivas, desde que as mesmas sejam resistentes aos processos de higienização e trocadas sempre que necessário. Os carros coletores, bombonas e recipientes devem atender as especificações abaixo:

4.1.2. O carro coletor para transporte e acondicionamento de resíduos do grupo A (resíduo infectante) e E (perfurocortante) deve ser de cor branca, identificados com a inscrição de " RESÍDUO INFECTANTE" e símbolo de risco associado constante na NBR 7500.



4.1.3. O carro coletor para transporte e acondicionamento de resíduos de coleta seletiva, quando adotada a reciclagem, deve ser baseado na Resolução CONAMA n° 275/01, e símbolos de tipo de material reciclável.

4.1.4. ACONTRATADA fornecerá para acondicionamento dos resíduos do grupo B (resíduo químico) líquidos, bombonas de polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa rosqueada e vedante, no tamanho solicitado pela CONTRATANTE, identificadas com a inscrição de "RESÍDUO QUÍMICO - REVELADOR", "RESÍDUO QUÍMICO - FIXADOR" e símbolo de risco associado constante na NBR 7500.

5 - COLETA E TRANSPORTE EXTERNO

5.1. A coleta dos resíduos dos grupos A, B e E deverá ser realizada por rota semanal, em dia a ser definido entre os contratantes, no horário entre 07:00 às 16:00 horas.

5.1.1. Caso a data da coleta venha a coincidir com ponto facultativo ou feriado, a coleta deverá acontecer no dia imediatamente anterior ou posterior.

5.1.2. A Empresa contratada deverá apresentar a FICHA DE COLETA em duas vias onde deverá constar a data, quantitativos e as assinaturas do funcionário da contratada e do servidor responsável pela entrega dos resíduos gerados na referida Unidade.

5.2. O transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá ser realizado em veículos adequados, conforme a NBR 7500 (Identificação para o Transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de Produtos), NBR 9735 (Conjunto de Equipamentos para Emergências no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos); NBR 12810 (Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde); NBR 13221 (Transporte terrestre de resíduos); NBR 14652 (Coletor-transportador Rodoviário de Resíduos de Serviços de Saúde) e Resolução n.º 420/04, da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

6 - TRATAMENTO DOS RESÍDUOS

6.1. Todo gerador deve elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS, conforme estipulam a RDC ANVISA n° 306/04 e a Resolução CONAMA n° 358/05. Este é o documento que aponta as ações relativas aos aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta e transporte, tratamento e disposição final dos resíduos.

6.2. A escolha do método de tratamento pelo destinador deve ser compatível com a natureza do resíduo a ser tratado, conforme preconiza a RDC AVISA n° 306/04 e a Resolução CONAMA n° 358/05.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

6.3. A metodologia de desinfecção utilizada para tratamento dos resíduos de serviço de saúde deverá atingir o nível II de inativação bacteriana, de acordo com a RDC n° 306/04 para torna-lo não perigoso e desta forma ter a sua disposição final juntamente com os resíduos domésticos e públicos.

6.4. Os resíduos pertencentes ao grupo B com características de periculosidade, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, deverão passar por método de tratamento compatível com a natureza do resíduo. Estes procedimentos deverão ser realizados por empresas devidamente licenciadas, com posterior destinação final em aterro de resíduos perigosos Classe I, quando for utilizado o processo de incineração.

6.5. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o Certificado de Tratamento e Disposição Ambiental dos resíduos.

7- DESTINAÇÃO FINAL

7.1. A destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde deverá ser feita em aterro sanitário devidamente licenciado, de acordo com a legislação vigente.

7.1.2 A destinação final dos resíduos químicos, após incineração, deverá ser feita pela CONTRATADA somente em aterro Classe I devidamente licenciado.

8- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Observar a composição dos resíduos a serem incinerados através de um plano mínimo de monitoramento aprovado pelo órgão de controle do meio ambiente, e realizar todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento das normas, sobretudo ambientais e trabalhistas;

8.2. A coleta dos resíduos deverá ser realizada nos locais indicados pela contratante.

8.3. Indicar preposto para sanar eventuais dúvidas ou questões inerentes aos serviços contratados, como emissão e recepção de comunicados, avisos, notificações e outros atos necessários ao bom desempenho.

8.4. Disponibilizar durante o período de prestação de serviços de equipe qualificada para a execução dos mesmos.

8.5. Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, securitários, previdenciários, despesas de alimentação, transporte e adicionais referentes a seus funcionários, que não terão quaisquer vínculos empregatícios, diretos ou indiretos com o município de Conceição do Pará/MG.

8.6. Disponibilizar uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos seus funcionários envolvidos diretamente no processo de coleta dos resíduos, conforme preconizado pela NR 6 e NR 32 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

8.7 A CONTRATADA é plenamente responsável por capacitar seus funcionários para enfrentar emergências e de acidentes e implementar as medidas necessárias e legais cabíveis.

8.8. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas com os serviços, bem como ferramental, equipamentos e utensílios, além do pagamento de multas impostas por infrações legais vigentes e tudo mais que implique em despesas decorrentes da execução dos serviços contratados.

8.9. Manter, durante toda a execução do contrato, os carros coletores em perfeito estado de conservação, substituindo-os, quando os mesmos se apresentarem danificados, de forma que não ocorra a interrupção do serviço.

8.10. Não subcontratar ou subempreitar, não ceder e nem transferir total ou parcialmente os serviços de coleta e transporte de resíduos, exceto nos casos previstos no edital e/ou contrato.

8.11. O tratamento dos resíduos (sólidos e líquidos) poderá ser subcontratado pela CONTRATADA, devendo esta, na fase de habilitação, informar qual será a empresa responsável pelo serviço e apresentar a licença ambiental da referida subcontratada.

8.11.1 A Contratada deverá apresentar, no ato de assinatura do contrato o termo de prestação de serviços firmado com a subcontratada.

8.12 A destinação final em aterro licenciado poderá ser subcontratada pela CONTRATADA, devendo esta, na fase de habilitação, informar qual será o local utilizado e apresentar a licença ambiental da referida subcontratada;

8.12.1 A Contratada deverá apresentar, no ato de assinatura do contrato o termo de prestação de serviços firmado com a subcontratada.

8.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de seus prepostos na execução do contrato, por culpa ou dolo, adotando as providências cabíveis necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.14. Quando solicitado, apresentar listagem referente aos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) quanto aos métodos, periodicidade e produtos utilizados na higienização dos veículos coletores.

8.15. Manter durante toda a vigência contratual compatibilidade com as obrigações para realizar os serviços atendendo às especificações contidas no Termo de Referência, além de todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital convocatório, bem como profissional possuidor de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA ou Conselho Regional de Química - CRQ, ou Conselho Regional de Química - CRQ, ou Conselho Regionais dos Técnicos Industriais ou Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas para desempenho dos serviços.

8.16. Comunicar a CONTRATANTE sempre que constatar que a segregação dos resíduos



não estiver sendo realizada de forma adequada conforme preceitua a legislação.

9 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1. Fiscalizar os serviços (cada ponto de coleta deverá contar com servidor designado para acompanhar o acondicionamento e pesagem), e emissão do Manifesto de Transporte de resíduos - MTR, conforme Resolução 232/2019 - FEAM, que deverá acompanhar a carga, como comprovante da destinação adequada dos resíduos.

9.2. Supervisionar o fiel cumprimento do contrato e desempenho técnico da empresa com a coleta dos resíduos, e comunicar por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no fornecimento de materiais ou execução do serviço, fixando prazo para sua correção.

9.3. Atender às normas aplicáveis em suas dependências para o acondicionamento e transporte interno dos Resíduos de Serviços de Saúde, zelando pela segurança e de todos os envolvidos na execução.

9.4. Atestar, à data do vencimento, as faturas de prestação dos referidos serviços, verificando a pertinência entre as fichas de coleta e a planilha de controle mensal.

9.5. Efetuar o pagamento dos serviços prestados, com regularidade, conforme contrato firmado.

10 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR: Menor preço por item e que atendam os requisitos de Qualificação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 - A empresa licitante deverá apresentar no envelope todas as documentações de habilitação exigida em edital, além das aqui relacionadas:

10.1.1 - Registro ou inscrição de regularidade junto a entidade profissional competente, CREA ou CRQ, em nome da empresa e de seus responsáveis técnicos, cujo objeto comprove habilitação legal pertinente ao objeto licitado.

10.1.2. Declaração de disponibilidade das instalações, aparelhamento e equipe técnica, adequados e disponíveis para realização dos serviços.

10.1.3. Capacidade técnica profissional: Comprovação de possuir profissional de nível técnico superior registrado na entidade profissional, detentor de atestado (s) de capacidade técnica, registrado (s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Química - CRQ, ou Conselho Regional de Química - CRQ, ou Conselho Regionais dos Técnicos Industriais ou Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas compatível(is) ao objeto licitado.

10.2. Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que expressamente consignem a aptidão da licitante para desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

10.2.1 - As licitantes poderão apresentar mais de um atestado, que serão somados para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

fins de atendimento das quantidades estimadas para cada tipo de resíduo.

10.2.2. Quantitativos mínimos exigidos para participação: 50% do quantitativo licitado.

10.3. Documentos Complementares

10.3.1 Apresentar cópia da Licença Ambiental de Operação, vigente, emitida pelo órgão competente com relação ao local onde será recebido ou para o armazenamento temporário, caso este ocorra, para atividade de destinação final de resíduos sólidos.

10.3.1.1 A destinação final em aterro licenciado poderá ser subcontratada pela licitante devendo esta, no entanto, informar qual será o local utilizado e **apresentar a licença ambiental da subcontratada.**

10.3.2 Apresentar cópia da Licença Ambiental vigente para atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - Classe I.

10.3.3 Apresentar cópia da Licença Ambiental vigente para atividade de tratamento de resíduos perigosos- Classe I.

10.3.3.1 O tratamento dos resíduos (sólidos e líquidos) poderá ser subcontratado pela licitante, devendo esta, no entanto, informar qual será a empresa responsável pelo serviço e **apresentar a licença ambiental da subcontratada;**

10.3.4 Apresentar **Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP** expedido pelo Inmetro ou entidade por ele acreditada. (Lei 14.133/2021- Art. 17 - § 6º- inc. I).

10.3.5 Apresentar cópia da Licença Ambiental para atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - Classe I.

11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. Observada à disponibilidade orçamentária e financeira, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme a legislação, mediante Termo Aditivo.

12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Os Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde serão medidos através do peso líquido dos resíduos aferidos em balança a ser fornecida pela CONTRATADA no ato da coleta, sendo necessária a anotação em ficha de coleta contendo local, peso, data e a assinatura do servidor municipal. As fichas juntamente com o relatório mensal serão encaminhadas ao Departamento Municipal de Saúde, para aferição e providências de pagamento.



13. DO PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal acompanhada de relatório mensal e Certificado de Destinação constando a quantidade de RSS que foram coletados a cada mês, discriminados por Grupo, para emissão de pagamento equivalente.

13.2. Para efeito de pagamento, juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar, observada a vigência:

13.2.1. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da UNIÃO (CONJUNTA DO INSS), 13.2.2. Certidão de Regularidade de Situação ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal -CEF;

13.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com a Lei Federal n.º 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

13.3. O pagamento será efetuado, verificada a pertinência, em até 05 (cinco) dias úteis, após a apresentação e aprovação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 140, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

13.3.1. As notas fiscais serão emitidas em Real, e conter em seu corpo as informações:

13.3.2. Número do Contrato

13.3.2. Número do Processo Licitatório

13.3.3. Modalidade e nº da licitação.

13.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante caso os documentos especificados no subitem anterior estejam com prazo de validade vencido, bem como se houver pendência de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta.

13.5. A nota fiscal que contiver erro será devolvida à contratada com as informações que motivaram a sua rejeição, para retificação e reapresentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

REQUISITANTES	RESPONSÁVEIS
Posto de Saúde Casquilho	Cirlanda Das Graças Alves Ortencio
Posto de Saúde São João de Cima	Jovelina Chaves
Posto de Saúde Santana da Prata	Maria de Fátima Oliveira dos santos Viegas
Posto de Saúde Bom Jesus do Oeste	Sheyla Rodrigues da Silva Patricio
PSF Irmã Gertrudes	Ju Juciele Cristina dos Santos
Centro de saúde	Denia Avelino de Oliveira
Farmácia Municipal	Joander Lopes Caetano dos Santos

14. DOS REQUISITANTES RESPONSÁVEIS

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa deverá ocorrer pela seguinte dotação orçamentária:
02.07.01.10.302.0043.2045.3.3.90.39.00-00242 e 02.07.01.10.301.1003.2042.3.3.90.39.00220.

16. GESTOR E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização da execução do contrato será realizada pelo Departamento Municipal de Saúde, considerando cada servidor designado por Ponto de Coleta.

A Gestora Janaína Aparecida de Freitas lotada no Departamento Municipal de Saúde, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas e/ou defeitos constatados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para a adoção das providências cabíveis;

Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas. A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, ai incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

17. VISITA TÉCNICA FACULTATIVA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

As empresas licitantes, por meio de seus representantes, poderão visitar os locais onde serão realizados os serviços, visando obter informações possíveis e necessárias e pleno conhecimento das condições e da natureza do trabalho a ser executado.

A Visita Técnica deverá ser agendada no Departamento Municipal de Saúde até três dias úteis antes da data de entrega da documentação de habilitação, pelo telefone (37) 3276-1485 e-mail saudecp@gmail.com.br

18. LOCAIS E DIAS DE COLETA E CONDIÇÕES:

O recolhimento dos RSS serão nas unidades de saúde conforme quadro abaixo, incluindo o transporte em veículos específicos para esta finalidade, tratamento e disposição final ambientalmente adequada destinando-os à(s) unidade(s) devidamente licenciada(s), conforme orientações constantes nesse Termo de Referência, Normas Técnicas e Legislação vigente aplicável.

A frequência será de 01 (uma) vez por mês, das 8:00 horas às 16:00 horas, preferencialmente às Terças e Sextas-feiras. A frequência e horários podem ser alterados de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, e serão previamente acordados com a CONTRATADA.

Unidade Básica de Saúde	Endereço	Telefone
Posto de Saúde Casquilho	Praça Santa Terezinha S/Nº - Comunidade de Casquilho – Zona rural.	(37) 999774050
Posto de Saúde São João de Cima	Praça Ana Paula de Jesus S/Nº - Comunidade de São João de Cima – Zona rural.	(37) 988237547
Posto de Saúde Santana da Prata	Rua Julieta da Conceição Padilha Nº 03 – Comunidade de Santana da Prata – Zona rural.	(37) 988237526
Posto de Saúde Bom Jesus do Oeste	Rua Pitangui Nº 12 – Comunidade de Bom Jesus do Oeste - Zona rural.	(37) 988250552
PSF Irmã Gertrudes	Rua Antônio José Nº 82 – Bairro da Mina.	(37) 32761210
Centro de saúde	Rua Zico Bicalho Nº 125 – Centro (Fundos)	(37) 32761244
Farmácia Municipal	Avenida Venero Caetano Nº 66 – Centro	(37) 32761137

A relação acima poderá sofrer alterações de acordo com a realidade da ocasião, visto a possibilidade de obras de manutenção, abertura ou encerramento de atividades relacionadas.

19 - CLASSIFICAÇÃO DOS RSS

O Município de Conceição do Pará-MG, por sua característica funcional, gera os seguintes resíduos de saúde:

GRUPO A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

A1 - Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética.

- Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.

- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta.

- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

A2 - Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.

- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica.

A3 - Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

GRUPO B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

- Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossuppressores; digitálicos; imunomoduladores; antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos Medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações.

- Resíduos de saneantes, desinfetantes, resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

- Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores).
- Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas.
- Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

GRUPO E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

20. EQUIPE DE TRABALHO

A equipe para coleta e transporte dos resíduos de serviços de saúde deverá ser constituída por no mínimo de :01 (um) motorista e 01 (um) coletor.

Os funcionários da CONTRATADA nas frentes de serviços deverão estar uniformizados e munidos de todos equipamentos de proteção (EPI) necessários.

A equipe que executar o serviço de coleta, transporte dos resíduos de serviços de saúde, deverá realizar exames médicos periódicos.

21. VEÍCULO DE TRANSPORTE RSS

01 (um) veículo ano de fabricação não inferior a 05 anos.

O veículo utilizado para o transporte de resíduos de serviços de saúde deverá ser desinfetado e lavado após a conclusão de cada ciclo de coleta, e sempre que ocorra vazamento ou derrame de resíduos, em local apropriado para esse fim;

A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, exigir a troca de veículo ou equipamento que não seja adequado às exigências dos serviços.

22. JUSTIFICATIVA PARA SIGILO DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS (ART.24 da Lei N°. 14.133/2021).

O sigilo do orçamento estimado na presente contratação se justifica pela busca de preços e condições mais vantajosas para a administração.

A divulgação dos orçamentos acaba por diminuir a voracidade com que os licitantes entram nas disputas, acabando por diminuir a competitividade do certame.

Ao não divulgar os orçamentos estimados, trazemos ao processo uma assimetria de informações, posto que, ao passo que o órgão público não sabe o preço mínimo do fornecedor, este também não sabe o preço máximo que o órgão está disposto a pagar. Esta assimetria traz uma vantagem econômica na contratação, pois o fornecedor não terá um parâmetro do preço máximo, levando-o a trabalhar com seu preço mínimo na busca por ser campeão da disputa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

Procura-se também com o sigilo desencorajar a formação de cartel entre os licitantes, posto que sem a ciência do preço fica mais difícil fazer combinações prévias.

Veja a Doutrina de Rafael Carvalho Rezende Oliviera sobre a questão:

A necessidade de modificação da regra tradicional de licitação, com a previsão do orçamento sigiloso, pode ser justificada pela necessidade de evitar que a divulgação do orçamento influencie a elevação dos valores constantes das propostas e a formação de cartel entre os licitantes, dado que, sem a ciência do preço estimado pela Administração, fica mais difícil de fazer combinações entre concorrentes. (Curso de Direito Administrativo, 9ª Edição, Editora Método)

Importante consignar também que, ao não divulgação dos orçamentos acaba por retirar das disputas empresas despreparadas e incapazes de fazer um planejamento orçamentário a respeito do objeto em disputa.

Com a divulgação dos orçamentos, empresas despreparadas apresentam descontos sobre o valor divulgado sem preocupar-se com sua capacidade de cumprir o objeto, trazendo sérios prejuízos a administração. Ao contrário, quando não divulgamos os orçamentos, obrigamos as empresas a planejar, fazer sua própria precificação e fazer sua proposta com responsabilidade.

23. DA PADRONIZAÇÃO

O Município de Conceição do Pará, ainda não aplica a regra da Padronização prevista no artigo 19, inciso II e IV, da Lei nº 14.133/2021. No Município ainda não foi instituídos modelos padronizados e devido às especificidades da contratação, não foi possível a utilização dos modelos do Governo Federal.

24. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa elaboração do contrato, nos termos da Lei 14.133/2021.

Elaborado por: Janaina Aparecida de Freitas - Diretora do Departamento Municipal de Saúde.

Janaina Aparecida de Freitas
Diretora Departamento Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Contrato Social e última alteração (A licitante que não tiver alteração em seu contrato social, deverá apresentar o contrato social juntamente com a Certidão Simplificada da Junta Comercial);
ou Certidão Simplificada da Junta Comercial e última alteração do Contrato Social; ou Estatuto Social e última alteração.
ou documento equivalente no caso de licitante considerado Micro Empreendedor Individual (MEI), segundo definição do Art. 18-A e seguintes da Lei Complementar 123/2006, sujeito a comprovação desta condição pela comissão de licitação
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive Contribuições Previdenciárias tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Portaria 258 de 5 de setembro de 2014 alterada pela Portaria MF nº 443 de 17 de outubro de 2014, do domicílio ou sede do proponente.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, que pode ser conseguida através do [link http://www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores, através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que pode ser conseguida através do [link https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp](https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp)
- Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo (Modelo Anexo);
- Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores) (Modelo Anexo);
- Declaração contendo informações para fins de assinatura do contrato (Modelo Anexo).
 - Declaração de Inexistência de Nepotismo (Modelo Anexo).
 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
 - Registro ou inscrição de regularidade junto a entidade profissional competente, CREA ou CRQ, OU Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais OU Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, em nome da empresa e de seus responsáveis técnicos, cujo objeto comprove habilitação legal pertinente ao objeto licitado.
 - Declaração de disponibilidade das instalações, aparelhamento e equipe técnica, adequados e disponíveis para realização dos serviços.
 - Capacidade técnica profissional: Comprovação de possuir profissional de nível superior registrado na entidade profissional, detentor de atestado (s) de capacidade técnica, registrado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Química - CRQ OU Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais OU Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas compatível (is) ao objeto licitado.

- Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que expressamente consignem a aptidão da licitante para desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

- As licitantes poderão apresentar mais de um atestado, que serão somados para fins de atendimento das quantidades estimadas para cada tipo de resíduo.

Documentos Complementares

- Apresentar cópia da Licença Ambiental de Operação, vigente, emitida pelo órgão competente com relação ao local onde será recebido ou para o armazenamento temporário, caso este ocorra, para atividade de destinação final de resíduos sólidos.

- A destinação final em aterro licenciado poderá ser subcontratada pela licitante devendo esta, no entanto, informar qual será o local utilizado e apresentar a licença ambiental da subcontratada.

- Apresentar cópia da Licença Ambiental vigente para atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - Classe I.

- Apresentar cópia da Licença Ambiental vigente para atividade de tratamento de resíduos perigosos - Classe I.

- O tratamento dos resíduos (sólidos e líquidos) poderá ser subcontratado pela licitante, devendo esta, no entanto, informar qual será a empresa responsável pelo serviço e apresentar a licença ambiental da subcontratada;

- Apresentar Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos - CIPP expedido pelo Inmetro ou entidade por ele acreditada. (Lei 14.133/2021 - Art. 17 - § 6º - inc. I).

10.3.5 Apresentar cópia da Licença Ambiental para atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos - Classe I.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

**DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO
CONTRATO**

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial: _____

Rua: _____ nº _____

Bairro: _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

CNPJ nº _____

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

Inscrição Estadual nº _____ Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____

Telefone _____

Contador da empresa _____ Telefone _____

2- DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome _____

Função _____

Data de Nascimento _____ Estado Civil _____

Escolaridade _____ RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF _____

Rua _____ nº _____

Bairro _____ Complemento _____ Cidade _____

Estado _____ CEP _____ Telefone _____

Fax _____ Celular _____ E-mail _____

Local e data _____ / _____ / _____ /2024.

**Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da
Empresa**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Administração 2021/2024

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DA ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROPONENTE:

.....

ENDEREÇO:

.....

. CNPJ/MF:..... FONE/FAX: (0xx)

A proponente abaixo assinada, qualidade de proponente do procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, instaurado pela Prefeitura do Município de CONCEIÇÃO DO PARÁ, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela legislação pertinente, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,dede 2024.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PROPONENTE:

.....

ENDEREÇO:

.....

..... CNPJ/MF: FONE: (0xx)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, instaurado pela Prefeitura do Município de CONCEIÇÃO DO PARÁ, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de
2024.

**Assinatura e Identificação do Responsável Legal e
da Empresa**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº _____, sediada em (ENDEREÇO COMPLETO) _____, DECLARA, para fins de participação no Processo Licitatório nº____, Dispensa Presencial nº____ promovido pela Prefeitura Municipal de Conceição do Pará, que os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

Por ser verdade, firmo o presente, sob as penas da Lei.

LOCAL E DATA

Nome assinatura do Diretor ou Representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

ANEXO III
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador	
Item	Descrição
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de medição	
Forma de acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de Cálculo	
Início de Vigência	
Faixas de ajuste no pagamento	
Sanções	
Observações	